

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Comissão
- 3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.191

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Região – Amar –, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Região – Amar –, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.192

Declara de utilidade pública a Associação Distrital Pró-Desenvolvimento de Extração, com sede no Município de Diamantina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Distrital Pró-Desenvolvimento de Extração, com sede no Município de Diamantina.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.193

Declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Município de Mariana – Atrapopens –, com sede no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Município de Mariana – Atrapopens –, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.194

Declara de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Fronteira, com sede no Município de Fronteira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Fronteira, com sede no Município de Fronteira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.195

Declara de utilidade pública a Associação Voluntária de Belo Horizonte, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Voluntária de Belo Horizonte, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.196

Declara de utilidade pública a Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.197

Declara de utilidade pública o Centro de Apoio às Entidades Comunitárias e Sociais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio às Entidades Comunitárias e Sociais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.198

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Barreiro Novo, com sede no Município de São João da Ponte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Barreiro Novo, com sede no Município de São João da Ponte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.199

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Bandeiras, com sede no Município de Urucânia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Bandeiras, com sede no Município de Urucânia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.200

Declara de utilidade pública o Instituto Galo, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Galo, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.201

Declara de utilidade pública a Associação Santo Inácio de Loiola, com sede no Município de Poté.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Santo Inácio de Loiola, com sede no Município de Poté.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de agosto de 2022.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 17/8/2022**Presidência do Deputado Doutor Jean Freire**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Carlos Pimenta – Charles Santos – Delegado Heli Grilo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Inácio Franco – Leninha – Léo Portela – Professor Irineu – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 18, às 14 horas, com a ordem do dia que foi publicada na edição anterior.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/8/2022

Às 14h14min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e o deputado Ulysses Gomes (substituindo a deputada Leninha, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os resultados da reunião entre o governo do Estado, as Prefeituras Municipais de Contagem e Betim e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, realizada em 28/7/2022, que buscava o consenso em relação à construção do rodoanel metropolitano. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (5/8/2022); da Vale S.A. (dois ofícios em 4/8/2022); da Prefeitura Municipal de Rio Acima (16/7/2022); da Polícia Militar de Minas Gerais (5/8/2022) e do Ministério Público de Minas Gerais (5/8/2022). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 13.051/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça, à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Betim e ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais documentação contendo denúncias, relatos e outras informações apresentadas por servidores públicos de Betim e as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater as possíveis violações de direitos humanos dos servidores do Instituto de Previdência Social de Betim – Ipemb – e dos demais servidores efetivos desse município, considerando-se as denúncias de perseguição, assédio moral e tortura psicológica;

nº 13.052/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e ao Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Minas Gerais pedido de providências para procederem, de acordo com suas atribuições, a análise e deliberação acerca da inclusão, no referido programa, dos servidores Sara Grimberg Murta, Rosana Gomes, Karina Mota dos Santos, Etiene Scofield Saraiva, Avelino

José de Moraes e Viviane Mércia de Paula Lino, lotados no Instituto de Previdência Social de Betim – Ipremb –, os quais, em razão de sua atuação, encontram-se em situação de risco quanto a sua integridade física e emocional, além de estarem sofrendo com a desqualificação e discriminação das atividades por eles exercidas, nos termos da Lei nº 21.164, de 2014; e seja encaminhado aos referidos órgãos o *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/8/2022;

nº 13.053/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO-Saúde –, do Ministério Público do Estado, pedido de providências para promover, de acordo com suas atribuições, o acompanhamento dos servidores públicos efetivos de Betim, especialmente daqueles lotados no Instituto de Previdência Social de Betim – Ipremb –, tendo em vista as várias denúncias de perseguição, assédio moral e tortura psicológica contra eles praticadas por gestores do município, o que tem acarretado, inclusive, graves danos à saúde física e psíquica a muitos desses profissionais; e seja encaminhado aos referidos órgãos o *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/8/2022;

nº 13.054/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para proceder a estudo sobre a viabilidade da reunião e do tratamento conjunto dos procedimentos que tramitam no âmbito do Ministério Público do Estado, instaurados ou relacionados com denúncias de perseguição, assédio moral, tortura psicológica, entre outras agressões, praticadas por gestores do Município de Betim contra servidores públicos lotados do Instituto de Previdência Social de Betim – Ipremb –, além de servidores das áreas de educação e saúde, de forma a propiciar melhores condições de averiguação e de resposta aos ofendidos, nos termos pleiteados à comissão durante audiência pública; e seja encaminhado aos referidos órgãos o *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/8/2022;

nº 13.055/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais pedido de providências para atuarem, no âmbito de suas atribuições, na averiguação e interposição das medidas administrativas e judiciais pertinentes em relação aos fatos, narrados à comissão, que envolvem a violação de direitos fundamentais de servidores públicos efetivos do Município de Betim, especialmente de servidores do Instituto de Previdência Social de Betim – Ipremb – e das áreas de educação e de saúde, que denunciam estar sofrendo, de maneira reiterada, perseguição, assédio moral e tortura psicológica; e seja encaminhado aos mencionados órgãos o *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/8/2022;

nº 13.056/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais e à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para averiguarem, no âmbito de suas atribuições, práticas contrárias ao interesse da administração pública e ao ordenamento legal trabalhista por parte de agentes da administração municipal de Betim, especialmente no que se refere à abertura de vários procedimentos administrativos disciplinares contra servidores, em particular daqueles lotados no Instituto de Previdência Social de Betim – Ipremb –, e à edição de regulamentação indevida sobre o teletrabalho no município; e seja encaminhado aos mencionados órgãos o *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/8/2022;

nº 13.057/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria da Mulher desta Casa o *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/8/2022, que teve a finalidade de debater as possíveis violações de direitos humanos dos servidores do Instituto de Previdência Social de Betim – Ipremb – e dos demais servidores efetivos desse município, considerando-se as denúncias de perseguição, assédio moral e tortura psicológica;

nº 13.058/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Betim, à Secretaria Adjunta de Corregedoria de Betim, à Procuradoria-Geral de Betim e ao Prefeito Municipal de Betim pedido de providências para procederem à revisão do ato de demissão de Enéias Malta Melo do cargo de professor municipal, considerando e acatando o parecer da Comissão Processante da Educação e Administração do município, que concluiu, em seu parecer, pela absolvição do servidor;

nº 13.059/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao prefeito municipal de Betim pedido de informações sobre o cronograma para a realização de concursos, bem como das nomeações decorrentes dos concursos vigentes, especialmente nas áreas de educação e saúde do município, nos termos pleiteados à comissão durante audiência pública realizada em 3/8/2022;

nº 13.060/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Betim e ao Instituto de Previdência Social de Betim – Ipreamb – pedido de providências para proceder, com urgência, ao pagamento das gratificações mensais de desempenho e das gratificações relativas ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Betim, que não têm sido a tempo e modo adimplidas, nos termos relatados à comissão em reunião realizada em 3/8/2022, que teve a finalidade de debater as violações de direitos humanos dos servidores do Ipreamb e dos demais servidores efetivos, considerando-se as denúncias de perseguição, assédio moral e tortura psicológica;

nº 13.061/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao Instituto de Previdência Social de Betim – Ipreamb – pedido de providências para que envide os esforços necessários com vistas à instituição de uma instância, com caráter paritário entre direção e servidores, voltada para a discussão, negociação e implementação de melhorias na organização institucional e nas condições de trabalho dos seus servidores efetivos, primando pela garantia de sua saúde física e psíquica e em prol da justa prestação de serviços à população;

nº 13.062/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para proceder às devidas averiguações, nos limites das competências do órgão, em relação ao desrespeito aos princípios da administração pública e a condutas ilegais por parte de gestores do Município de Betim, especialmente no que se refere a ingerências praticadas pela direção do Instituto de Previdência Social de Betim – Ipreamb –, incluindo denúncias acerca da priorização da formalização de contratos em detrimento da realização de concursos, em claro interesse de terceirização e precarização dos serviços públicos; e seja encaminhado ao mencionado órgão o *link* com o inteiro teor da 22ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/8/2022.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Mayara Caroline de Oliveira, coordenadora de Fiscalização de Concessões do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e o Sr. Pedro Henrique Magalhães de Azevedo, superintendente de Controle Externo desse tribunal. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 17/8/2022, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema e do Sr. Celso Penna Fernandes Júnior, promotores de justiça, solicitando sejam destinadas verbas de emendas parlamentares ao projeto O esporte como potencializador de inclusão social de crianças e adolescentes com sofrimento mental e ao projeto de estruturação do equipamento público do Centro de Referência em Saúde Mental Infantojuvenil – Cersami – Nordeste, apoiados pelo Ministério Público do Estado. (– Às Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Jordani Campos Machado, diretor-presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG –, em que requer o empenho desta Casa para a derrubada do veto parcial à Proposição de Lei nº 25.171, especificamente no que tange à obrigação de divulgação do cronograma de pagamentos do passivo de férias-prêmio, e do veto integral da Proposição de Lei nº 25.169. (– Anexe-se aos Vetos nºs 38 e 39/2022.)

Da Sra. Tereza da Gama Guimarães Paes, diretora-presidente da Fundação Benjamin Guimarães – Hospital da Baleia –, encaminhando cópia de ofício em que a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos e a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais requerem o reajuste dos valores de natureza pública que lhes são repassados via contratos, pactuados com os entes federados que menciona, os quais se encontram defasados em decorrência da sanção da lei que estabelece o piso nacional dos profissionais da enfermagem. (– Às Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.453/2022, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.537/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.557/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.582/2022, da Comissão de Educação, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, da Comissão Extraordinária das Privatizações e das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e de Minas e Energia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.602/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.580/2022, das Comissões de Minas e Energia e de Assuntos Municipais, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

 MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares do Tático-Móvel de Vespasiano pelo resgate de uma recém-nascida que estava engasgada e não apresentava sinais de respiração (Requerimento nº 11.469/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que participaram da apreensão de aproximadamente três toneladas de maconha na região da Pampulha, em Belo Horizonte (Requerimento nº 11.470/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que efetuaram a prisão de dois homens por tráfico interestadual de drogas na operação Panda, realizada no Norte de Minas, e a apreensão de 20kg de maconha (Requerimento nº 11.493/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o 20º Batalhão da Polícia Militar, em Pouso Alegre, e com o 56º Batalhão da Polícia Militar, em Itajubá, ambos da 17ª Região de Polícia Militar, pela competência e bravura com que os policiais militares lotados nessas unidades atuaram por ocasião do ataque à agência da Caixa Econômica Federal em Itajubá, em 22/6/2022 (Requerimento nº 11.558/2022, do deputado Doutor Paulo);

de congratulações com os policiais civis que participaram da ocorrência, na Avenida Barão Homem de Melo, que resultou na prisão em flagrante de um homem que estava furtando materiais de uma marmoraria e da dona do ferro-velho que atuava como receptadora do material furtado (Requerimento nº 11.588/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de repúdio ao Sr. Roberto Bicalho, presidente da Câmara Municipal de Nova Era, por sua fala agressiva e preconceituosa em discussão com outro vereador durante a 11ª Reunião Ordinária dessa câmara, na qual demonstrou postura não condizente com a dignidade da função de representante do povo e de presidente da referida casa legislativa, ao utilizar-se da expressão racista e machista “Vá dar lição de moral às suas negas”, que remete à época da escravidão e se refere à mulher negra como alguém com quem se pode fazer tudo (Requerimento nº 11.596/2022, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com os policiais militares que auxiliaram uma gestante em trabalho de parto, tendo a guarnição rapidamente se deslocado até o local, acionada por um motorista de aplicativo, recebido orientações de um médico do Samu via telefone e, após o nascimento, levado o bebê e a mãe para a Maternidade Municipal de Contagem (Requerimento nº 11.644/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que atuaram na ocorrência, em Salinas, que resultou na prisão de uma quadrilha que planejava sequestrar um empresário e na apreensão de 1 tablete de maconha, 11 munições, 2 revólveres, 2 veículos e celulares (Requerimento nº 11.645/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que atuaram na ocorrência, em 13/7/2022, em Buenópolis, que resultou na prisão de um homem de 37 anos investigado por matar o irmão de 31 anos (Requerimento nº 11.646/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sgt. PM Neyson Gomes pelo resgate de um bebê de um ano e dez meses de idade que estava engasgado e desfalecendo no colo da mãe (Requerimento nº 11.671/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que participaram do salvamento de um bebê de quatro meses vítima de engasgo, em 8/6/2022, em Santana dos Montes (Requerimento nº 11.673/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sd. PM Carlos Henrique Silva Mayer pelo ato heroico realizado em 21/7/2022, em João Monlevade (Requerimento nº 11.702/2022, do deputado Tito Torres);

de congratulações com a Cb. PM Bruna Cristian Guardiano Fonseca pelo ato heroico realizado em 21/7/2022, em João Monlevade (Requerimento nº 11.703/2022, do deputado Tito Torres);

de congratulações com os policiais militares lotados na 63ª Companhia de Polícia Militar, de Santos Dumont, pela prisão de quatro pessoas em uma casa de prostituição na BR-499, nesse município, tendo em vista suspeita de exploração sexual de uma adolescente de 16 anos no local (Requerimento nº 11.712/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais civis que participaram da Operação Águas Claras, no dia 12 de julho de 2022, para cumprir simultaneamente 11 mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão de integrantes de uma quadrilha de doze indivíduos que, armados, fizeram reféns os empregados, os familiares e o proprietário de uma fazenda em Lagoa da Prata, levando-o até a sede de sua empresa, assaltando-a, em 19 de setembro de 2021 (Requerimento nº 11.713/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais civis da 17ª Delegacia de Polícia Civil, de Jacinto, pelo cumprimento do mandado de prisão preventiva de idoso investigado por pornografia infantil nesse município (Requerimento nº 11.714/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais militares da 17ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar pelo empenho, cuidado e dedicação com que têm atuado ao longo dos anos nos Bairros São Luiz e São José, em Belo Horizonte (Requerimento nº 11.715/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a Delegacia Especializada Antissequestro – DAS –, em Belo Horizonte, na pessoa da Sra. Fabíola Alessandra Batista de Oliveira, delegada de Polícia Civil, e de toda a equipe, composta de inspetor, escrivão e investigadores de polícia, pelos relevantes serviços prestados na garantia da segurança pública, notadamente na prevenção, combate, apuração e resolução dos crimes de extorsão mediante sequestro, em suas diversas modalidades (Requerimento nº 11.718/2022, da Comissão de Segurança Pública).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/8/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bárbara de Souza Marques, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando, a partir de 16/8/2022, Eduardo Hamacek Vieira, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Guilherme da Cunha;

nomeando Sebastião Mendes de Oliveira, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães.